



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6151 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 18 - Gênero, Sexualidade e Educação

GÊNERO, CURRÍCULO E SENTIDOS DO TRABALHO DOCENTE

Igor Rodrigo Haskel - UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

GÊNERO, CURRÍCULO E SENTIDOS DO TRABALHO DOCENTE

Esse trabalho é um recorte de uma dissertação em andamento na área da Educação que objetiva discutir os impactos trazidos com as modificações acerca do tema gênero e orientação sexual nos documentos da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e no Plano Nacional Educacional (PNE) para o trabalho docente. A problemática da pesquisa refere-se à possibilidade de considerar que a atuação profissional dos docentes esteja em processo de resignificação quanto aos sentidos que atribuem ao seu trabalho como docente e às abordagens sobre gênero no atual contexto político nacional e sua cruzada anti-gênero nas escolas. A natureza da pesquisa em andamento é de caráter qualitativo. Os procedimentos metodológicos são análise bibliográfica e de conteúdo (BARDIN, 2011). As categorias de análise são: sentidos do trabalho, gênero e currículo. Joan Scott (1995) compreende gênero não como negação da diferença física entre os corpos, o que a interessa são as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, atribuindo sentidos que são posicionados em relações hierárquicas na esfera social. Scott propõe pensar gênero como constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que, por sua vez, se constituem no interior de relações de poder, ou seja, gênero enquanto uma categoria analítica que possibilita o estudo das relações de poder. Segundo Foucault (1988, p.88): “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”. Discutir gênero é de suma importância em nossa sociedade, em especial nas escolas, local que ainda é reforçado um modelo heteronormativo e biologizante sobre sexualidade e gênero. Considerando o campo curricular construído nas relações de poder, que por sua vez produz subjetividades, tanto dos estudantes quanto dos docentes, é neste campo que reside a possibilidade de discutir os sentidos do trabalho docente. De acordo com Souza, Rodrigues e Figueiredo (2017, p.29) a escola está enraizada em um modelo normatizador “com os olhos focados numa cultura colonial, etnocêntrica, hierarquizada pautada na dominação e na exclusão”. Por essa lógica, significa dizer que a escola nunca recebeu muito bem as minorias sociais: pobres, negros, pessoas deficientes, pessoas LGBT’s (gays, lésbicas, bissexuais, transgênero) entre outros sujeitos que estão à margem da sociedade. Por isso, conduzir reflexões sobre educação, escola e currículo é ter em vista um olhar descolonizador das crenças sobre sexualidades, gêneros, etnias, traz a possibilidade de provocar debates em um espaço escolar aberto para o diálogo com as diversidades (SOUZA; RODRIGUES; FIGUEIREDO, 2017). A escola brasileira foi estruturada por meio de pressupostos que enaltecem determinados valores, normas e crenças que estão diretamente “centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal””

(JUNQUEIRA, 2013 apud SOUZA; RODRIGUES; FIGUEIREDO, p.31). Portanto, a escola tornou-se um espaço de circulação de preconceitos de todos os tipos, como a homofobia, sexismo, racismo, entre outros. É nesse contexto que analisar a BNCC e o PNE se faz importante a fim de garantir que o espaço escolar, a educação e a sociedade sejam equânimes e promovam a igualdade e diversidade de gênero. A BNCC, elaborada em 2015 para substituir os Parâmetros Curriculares Nacionais, é circunscrita em competências que são condensadas em conhecimentos, habilidades, atitudes e valores cujo objetivo é contemplar as demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018). Os temas referentes à diversidade sexual e gênero ainda estão ligados às Ciências Naturais, a sexualidade é trazida apenas em sua dimensão biológica, sem considerar questões históricas, socioculturais. A presença do tema apenas no 8º ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental e a retirada dos termos gênero e orientação sexual do documento, demonstram o silenciamento e a conservação de situações de violência e preconceito no espaço escolar. Existem unidades temáticas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em que as discussões sobre gênero e sexualidade podem ser abordadas, mas isso não garante que elas realmente sejam feitas. É preciso uma política de formação inicial e contínua de docentes que possam garantir as discussões desses temas no espaço escolar, tendo em vista uma abordagem emancipatória de forma explícita nos currículos escolares; pois na atual situação, as questões de gênero e sexualidade podem ou não aparecer no fazer docente, ou caso sejam, podem ser submetidas apenas à uma abordagem biológica e higienista. O PNE ganhou maior destaque sobre o debate acerca da diferença de gênero em 2014, quando tramitava no Congresso Nacional a proposta do novo PNE (2014-2024). O Projeto de Lei nº 8.035/2010 em seu Art. 2º estabelecia a diretriz III que visava a superação das desigualdades educacionais, direcionado para a promoção da igualdade racial, regional, gênero, e de orientação sexual, tal como a erradicação de todas as formas de discriminação. Através da Lei referida surge um campo de tensionamento e disputas dos grupos de políticos com valores conservadores sobre o tema gênero, “essa foi a oportunidade para que setores religiosos fundamentalistas, católicos e conservadores orquestrassem verdadeira ‘sinfonia de improbidades’” (AMARO, 2017, p. 141). Esses grupos alegavam que debater gênero nas escolas as definições de homem, mulher, família e os valores morais seriam corrompidos. É nesse contexto de disputa, marcado por uma perspectiva normativa, reguladora e centralizada, que o PNE é aprovado mediante instituição da Lei nº 13.005/2014, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. Não obstante, antes de sua aprovação, o Projeto de Lei nº 8.035/2010 mencionado anteriormente, foi redefinido e aprovado pelo Plenário do Senado após a remoção da menção à igualdade racial, regional, gênero e de orientação sexual (BRASIL, 2014). Nesse sentido, “ao ser suprimido qualquer menção a gênero e sexualidade nos documentos, transparece a intenção de se instituir a ‘mordaca’ na prática docente” (AMARO, 2017, p. 145). Sobre a prática docente, Tolfo e Piccinini (2007) entendem que o trabalho é repleto de sentidos, tanto social quanto individual e “é um meio de produção da vida de cada um ao prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade” (TOLFO; PICCININI, 2007, p.40). Os sentidos do trabalho referem-se a uma produção subjetiva que está atrelado a percepção do sujeito em relação ao seu trabalho. Por isso, torna-se importante compreender a forma que o sujeito vivencia e apreende os signos coletivos, ou seja, entender como cada pessoa se apropria e assimila o significado coletivo do trabalho de uma determinada maneira. De acordo com Coutinho, “a análise dos sentidos produzidos pelos sujeitos deve sempre considerar suas relações com os significados produzidos coletivamente e vice-versa” (COUTINHO, 2009, p. 193). É preciso atentar aos sentidos do trabalho docente, pois é a brecha em que pode ser feitas práticas de resistência. A noção de resistência está atrelada ao conceito de poder em Michel Foucault, em que o autor considera que poder é relação e exercício, e não lugar ou posse. Nesse sentido, é sempre possível haver uma abertura para um contra exercício, isto é, a resistência. Em linhas gerais, o poder implica diretamente a liberdade de resistir (FOUCAULT, 2013). Portanto, professores(as) com sentidos do trabalho que objetivam uma educação emancipatória e que visam sua contribuição

profissional para o desenvolvimento de uma sociedade equânime, podem resistir ao que é imposto pelo currículo e abordar os temas de gênero e sexualidade que transcendam à dimensão biológica. Já, os sentidos do trabalho docente fundados na concepção de uma educação puramente tecnicista, acrítica e alienada pode resultar na submissão do currículo, deixando, dessa forma, as pautas de gênero e sexualidade silenciadas. Os principais resultados referem-se à revisão de literatura efetuada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES com os descritores: sentidos do trabalho e gênero. Essa busca resultou em 714 publicações (197 teses e 507 dissertações) e, após as leituras de títulos e resumos, foram selecionadas 4 dissertações que vão ao encontro da temática da pesquisa. A temática de gênero e sexualidade ainda é tida, pelos professores/as, como um desafio no contexto escolar, seja por questões de conhecimento, políticos e subjetivos. É importante salientar que não houve nenhuma menção de gênero enquanto um tema transversal que perpassa pelas disciplinas na escola como também não houve interesse investigativo, por parte dos/as pesquisadores/as, em analisar os sentidos do trabalho docente. Por fim, entre os trabalhos analisados, a categoria sentidos do trabalho docente é pouco abordada em relação à gênero, os trabalhos ocupam-se em investigar os profissionais da educação em relação aos seus entendimentos sobre diversidade de gênero e sexualidades no contexto escolar, desconsiderando os impactos destes entendimentos nos sentidos do trabalho docente.

Palavras-chave: Currículo, Gênero, Sentidos do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

AMARO, Ivan. A docência no armário: o silenciamento das relações de gênero nos planos de educação. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 24, n. 1, 5 maio 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum**: Educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 12(2), 189-202. 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert Lederer; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica - Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOUZA, Alisson da Silva; RODRIGUES, Isis Monteiro; FIGUEIREDO, Tania Regina Leite Santos. EDUCAÇÃO, TEORIA QUEER E AS DISCUSSÕES SOBRE AS MINORIAS NO ESPAÇO ESCOLAR. **Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**, Universidade Federal do Piauí - Teresina, v. 5, n. 2, p.27-34, dez. 2017.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando

conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 38-46, 2007.